



**Ata da Audiência pública sobre o EIA-RIMA do empreendimento “Implantação da Usina Termelétrica – UTE Lins”, de responsabilidade da Usina Termelétrica de Lins S/A, realizada no dia 11 de junho de 2019, no município de Lins/SP.**

Realizou-se, no dia 11 de junho de 2019, na Casa de Cultura de Lins, Av. José da Conceição, 111, Residencial Real Parque, Lins/SP, a audiência pública sobre o empreendimento “**Implantação da Usina Termelétrica – UTE Lins**”, de responsabilidade da Usina Termelétrica de Lins S/A, realizada no dia 11 de junho de 2019, no município de Lins/SP”, de responsabilidade da Usina Termelétrica de Lins S/A (Proc. Impacto nº 249/2018). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, **Anselmo Guimarães**, declarou que, em nome do Secretário de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, **Marcos Penido**, saudava e dava boas-vindas e registrava a presença dos representantes do poder Executivo – nas pessoas dos ilustríssimos senhores Edgar de Souza e Carlinhos Dayer, prefeito e vice-prefeito de Lins, respectivamente; Dr. Edir Ruiz (Dinho), Prefeito de Sabino; Nilton Nunes, chefe de gabinete de Lins, Helinho Rodrigues, assessor parlamentar; Israel Antônio Alfonso, Secretário Municipal de Desenvolvimento e Relações Institucionais; Lucas Pavezzi, Secretário Municipal de Negócios Administrativos; Akyo Matsura, Secretário de Agropecuária, Meio Ambiente e Sustentabilidade; Valentina Lorenzso, Secretária Municipal de Urbanismo, Serviços e Obras Públicas; Cláudia Nunes, Secretária Municipal da Saúde, Luiz Henrique Ramos da Silva, Secretário de Esporte; Daniela Renata Ferreira de Mello, Secretaria de Negócios Jurídicos, Denise Magnólia, Secretaria Municipal de Educação, do município de Lins –, do poder Legislativo – nas pessoas dos ilustríssimos senhores José Roberto Danzi (Neto Danzi), Presidente da Câmara de Lins e dos vereadores Ademir Charapa, Baiano do Busão, Macalé, Rogério Barros, e Eloi Souza, Nakai, todos de Lins; de Luiz Carlos Gardini, Presidente da SINCOMÉRCIO; Camila Cristina Freitas, Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento de Promissão; Celso Kotaki, Presidente do Conselho Municipal de Turismo, Edson Gabriel Junior, Presidente do Conselho Municipal de Direitos das Crianças; José Aparecido Cruz, Presidente Lions Clube de Promissão; Adelina Dinalle, presidente Social do Fundo Social de Solidariedade; Carlos César de Souza, Diretor da ITEC –, da Polícia Militar Ambiental – na pessoa da primeira-tenente Cristiane Martínez –, dos órgãos públicos, na pessoa do Ilustríssimo Antônio Rodrigues Filho, Superintendente da SABESP; dos conselhos municipais de meio ambiente, das entidades da sociedade civil e ambientalistas, enfim, a todos quantos compareceram à presente audiência pública. Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA sobre criação ou alteração de áreas protegidas, empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que deem suas opiniões, formulem indagações, apresentem contribuições, sugestões e críticas, e tudo o que possa contribuir para o aprimoramento dos estudos e do projeto e/ou propostas apresentadas. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas era completamente isento, e sua função tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra, para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de modo democrático e organizado. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o Conselho prevê que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação geral sobre a



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

proposta, a localização do projeto e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais sobre ele elaborados. Explicou que, imediatamente após, fazem uso da palavra àqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam quaisquer órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Sequencialmente, manifestam-se os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, concluiu, falam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, destacando que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que desta forma lhes é plenamente assegurado o direito a manifestar-se acerca das críticas e sugestões feitas pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Por fim, no terceiro e último momento da audiência, facultou-se ao responsável e equipe que ofereçam resposta aos questionamentos e comentem as colocações feitas. Ao cabo, franqueia-se aos representantes do CONSEMA eventualmente presentes a prerrogativa de manifestarem-se por até dez minutos, distribuídos por tantos quantos desejarem fazê-lo. Reiterou que apenas poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que desejasse ocupar a tribuna e ainda não se houvesse inscrito, o fizesse naquela hora. Informou que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, e que nela o acompanhava, pela representante da Cetesb, a bióloga Mayla Fukushima, Assistente Executiva da Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental; e dos conselheiros do CONSEMA, Glaucio Atorre Penna, Subsecretário de Infraestrutura, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e Gil Scatena, Coordenador de Planejamento Ambiental da Subsecretaria de Meio Ambiente. **Mayla Fukushima** esclareceu que o processo encontrava-se na etapa do licenciamento prévio em que são colhidas as contribuições e manifestações oferecidas, e a documentação com base na qual se avalia a viabilidade ou não do empreendimento. Declarou ainda que, caso se reconheça, com base nos estudos aludidos, que, do ponto de vista ambiental, o empreendimento é viável, se emitirá a licença prévia com as respectivas condicionantes a serem cumpridas pelo empreendedor para dar continuidade às próximas fases da licença de instalação e da licença de operação. Ressaltou que todas as contribuições que então forem protocoladas na CETESB serão apensadas ao processo e consideradas na análise técnica. Concluídos os esclarecimentos introdutórios, passou-se à apresentação do projeto. **Carlos Eduardo Tróis de Miranda**, representante da Ômega Engenharia apresentou em linhas gerais o empreendimento, abordando seu histórico, objetivo, organização, dimensão e capacidade produtiva, etapas implantação da termelétrica, seu funcionamento e operação, após o que **Fabiana Bonani**, coordenadora de Estudos Ambientais da Mineral Engenharia e Meio Ambiente Ltda, empresa de consultoria responsável pela elaboração dos estudos de impacto ambiental, apresentou uma síntese do EIA/RIMA, mais precisamente a escolha da localização, da capacidade operacional quando de sua plena operação, do diagnóstico ambiental e dos impactos potenciais, principalmente nos recursos hídricos e nos meios físico, biótico e antrópico, e das medidas mitigadoras e compensatórias que serão implementadas com o objetivo de preveni-los ou mitigá-los, integrantes dos programas ambientais. Esmiuçou o estudo de análise de risco tanto para o gasoduto quanto para a usina termelétrica. Detalhou o histórico e o detalhamento das três alternativas locacionais, sendo elas: Lins e duas em Pederneiras, e as razões que levaram a escolha da primeira. Versou sobre as áreas de influência direta e indireta do empreendimento e sobre o local de lançamento dos efluentes e o trecho do gasoduto, localizada totalmente na faixa de domínio da rodovia. Ofertadas as informações, concluiu sobre a viabilidade do empreendimento. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes da sociedade civil.



**Wagner Casadei**, da SOS Nosso Tietê de Lins, esclareceu que esse movimento nasceu a partir dos problemas ocasionados pela eutrofização do Rio Tietê e que atingem toda a população do seu entorno, principalmente na cidade de Sabino que viveu e vive momentos de terror por conta de derramamentos de produtos químicos, principalmente fertilizantes nas águas dos rios. Afirmou que o Movimento SOS Nosso Tietê não é, de forma alguma, contrário à instalação da Usina Termelétrica Lins, tanto assim, que do grupo participavam profissionais do ramo energético, biólogos, engenheiros, advogados, juízes, dentre outras formações. Informou que esse grupo de altíssimo nível, para contribuir com as discussões havia protocolado documento elaborado pelos seus integrantes. Parabenizou os prefeitos da região, principalmente o prefeito de Lins, Edgar de Souza, por terem se esforçado muito para trazer esse tipo de empreendimento para o município. No entanto, ressaltou que a preocupação do cidadão não deve estar centrada somente no retorno econômico, em que pese o recorrente uso da expressão “compensação” ser amplamente utilizado no processo de licenciamento, assim como, parâmetros legais. Após ilustrar a compensação com um exemplo do cotidiano, lembrou que em termos ambientais, as 71 ou 72 árvores que serão cortadas ao longo dos adutores serão compensadas por meio do plantio de 7 mil e poucas mudas. Lamentou, contudo, que, provavelmente, o maravilhoso Ipê amarelo, de mais de 60 anos, presente ao lado da usina, estaria condenado à morte, mas afirmou que não deixará, de forma alguma, que isso aconteça. Retomando ao documento, protocolado pelo Movimento SOS Nosso Tietê, informou as reivindicações e propostas contidas no mesmo, quais sejam: - o não lançamento de qualquer tipo de efluente nas águas do Rio Dourado, devido a incansável luta travada para cessar a grave eutrofização das águas; - instalação de sistema de reutilização da água captada no Rio Dourado, evitando assim, o lançamento posterior; - conferência e certificação dos dados da vazão do Rio Dourado; - instalação de ferramentas para monitoramento de todos os impactos negativos previstos; - implementação de projetos de recuperação, preservação e conservação dos recursos naturais de Lins e Guaiçara; - programas de educação ambiental, todos com participação direta da sociedade civil; e a implantação de estação de tratamento de efluentes sanitários, conforme previsto. **Alex Romero Matheus Pereira**, da Associação JPFM de Lins, solicitou aos contrários ao empreendimento, reconsiderassem seus posicionamentos por conta do índice de desemprego existente na cidade de Lins. Portanto, afirmou que não era o momento de se preocupar com o Ipê-amarelo, pois, somente no bairro de Primavera, seriam plantadas trinta e seis árvores. Apesar de entender o posicionamento de Wagner Casadei ressaltou que a prioridade da cidade, era sanar o maior sofrimento da população: o desemprego. **Grazielle Murari**, da ONG SOS Rio Dourado relatou que essa ONG, ao longo dos últimos anos, vinha delineando diversas ações para melhorar a qualidade do meio ambiente como um todo. Dentre elas destacou as que contam com recursos do FEHIDRO, quais sejam: o projeto de monitoramento da qualidade da água do rio Dourado e o projeto para a caracterização da qualidade das águas superficiais da bacia hidrográfica do Tietê. Devido da prioridade e relevância do empreendimento, informou que acabara de protocolar um documento para que o empreendedor tome conhecimento das ações que possam intervir na qualidade das águas. Completou que esse documento visava cumprir a missão cidadã e ambientalista da ONG, tendo em vista que expõe os posicionamentos e sugestões, que poderão ser aproveitadas em todas as fases do licenciamento (planejamento, implantação e operação), assim como na gestão ambiental e financeira do empreendimento. Destacou como sendo relevante que o programa de recomposição florestal seja ampliado em abrangência para além das áreas de nascentes e das áreas de preservação de forma a cobrir toda a bacia do Rio Dourado, prevalecer o monitoramento contínuo e prevenir a ocorrência da redução de vazão da bacia hidrográfica. Afirmou que a adoção de tais medidas seria uma importante demonstração da empresa de que também encontra-se empenhada em melhorar a qualidade do meio ambiente e de vida da população, e não somente gerar riquezas para o município, Enfatizou como sendo



preocupante a ausência de um monitoramento contínuo que permita acompanhar a evolução sazonal da qualidade das águas da bacia do Rio Dourado. Portanto, pontuou quão importante era a implantação do monitoramento de todo o ciclo hidrológico, ao menos a cada biênio, para obter informações atualizadas da qualidade ambiental do Rio Dourado. Frisou que tal medida seria importante para a preservação ambiental e aos trabalhos de fiscalização do poder público, mas também como medida preventiva resguardando o próprio empreendedor. Como terceiro ponto, reivindicou o retorno da implantação da agência da Cetesb no município de Lins, em razão da região ser estratégica do ponto de vista de proteção ambiental, razão diretamente relacionada a fiscalização. Com a presença de uma agência da CETESB em Lins, seria possível um acompanhamento mais rigoroso das atividades realizadas nas proximidades da Bacia do Rio Dourado fator que pode inclusive afetar o empreendimento em questão. Com relação aos investimentos em preservação ambiental ponderou como pertinente que um percentual do Imposto sobre Serviços provenientes do empreendimento seja destinado a ações de recuperação, compensações ambientais e ações de educação ambiental na bacia do Rio Dourado. Ressaltou que o programa de educação ambiental do EIA/RIMA do empreendimento, propõe ações na fase de implantação do mesmo, porém considerou como sendo de suma importância a continuidade dessas ações tendo em vista o porte do empreendimento e, por isso, a necessidade de preservar os recursos hídricos. Como último ponto, **Graziele Murari** destacou que o valor da compensação ambiental informada no EIA/RIMA da UTE Lins será destinada à Estação Ecológica de Marília, APA Estadual do Rio Batalha, APA de Ibitinga e a Estação Ecológica de Bauru de acordo com atendimento a Lei do SNUC. Lembrou que os estudos indicam que o empreendimento não interferirá em Unidades de Conservação ou em Zonas de Amortecimento da área em questão e, com base nisso, sugeriu que a compensação também seja aplicada fora da bacia do Rio Dourado. Frisou que ações socioambientais também poderão ser realizadas nos municípios de Pirajuí, Guarantã, Cafelândia, Lins, Guaíçara e Promissão. Ressaltou que suas considerações visavam preservar a qualidade e a quantidade das águas, recurso necessário para a sustentabilidade do empreendimento e da Bacia do Rio Dourado. **Ivo Nicolielo Antunes Júnior**, da Associação dos Engenheiros da Sabesp de São Paulo parabenizou o Secretário Israel Antônio Afonso lutado para trazer esse importante empreendimento para o município de Lins. Quanto aos estudos apresentados afirmou que, independentemente, do parecer favorável ao DAEE, solicitou que seja implantado uma pequena escada para aeração das águas do Rio Dourado, como medida de manutenção da qualidade ambiental. **Oswaldir Spadin**, presidente do PSL de Lins parabenizou investidores, empreendedores, a equipe da Ômega, e a Prefeitura de Lins que abraçou esse projeto, cuja semente foi lançada, à época do Projeto de Carioba 2, que por outros motivos não vingou. Defendeu que as questões humanas sejam tratadas com prioridade. Passou ao apontamento dos problemas enfrentados em Lins, dentre os quais, a impossibilidade de implantar um parque industrial por falta de energia elétrica, motivo pelo qual os empreendimentos não se fixam no município com consequente falta de emprego. Exemplificou tal situação, fornecendo o caso da automatização do Grupo Bertin, da qual participou. Lembrou que foram montadas diversas estações de geração de energia para suprir a falta de energia das empresas de grande porte. As empresas de médio e pequeno porte, no entanto, não conseguem se implantar na região, devido ao alto valor de investimento. Relatou que em Lins existem duas subestações, uma instalada no Country Club e outra na Bandeirantes, porém ambas já enfrentavam limitação de potência e falta de energia elétrica, desde 2001. Após detalhar o funcionamento do sistema afirmou que a instalação da termelétrica permitira que o sistema elétrico de Lins seja conectado diretamente à linha de transmissão nacional. Com relação ao lançamento dos efluentes diretamente no Rio Dourado entendia que sacrifícios, desde com bom senso, eram necessários. Por solicitação do Diretor Regional da FIESC/Sesi/Senai, Aimar Júnior Ribeiro defendeu a proposta de reutilização do efluente na agricultura, para irrigação de



culturas locais, o que ajudaria a elevar a produção agrícola local. Inclusive, lembrou-se da existência de diversas linhas de crédito para permitir a viabilização econômica de tal implantação. Passou-se a etapa de manifestação dos cidadãos que não representam entidades organizadas. **Antônio Bispo Manso**, aposentado da SESP, parabenizou pela qualidade incontestável daquele projeto. Relatou ter trabalhado na CESP e em diversas usinas de geração de energia. Tendo em vista a experiência adquirida, revelou não vislumbrava qualquer impacto, comparando-se a outras tecnologias. Questionou sobre a possibilidade das escolas e universidades locais fornecerem mão-de-obra especializada para a usina termelétrica. Destacou que grandes empreendimentos tendem a atrair, para as cidades, visitantes e pessoas interessadas em promover visitas técnicas ao empreendimento. Lembrou que a Usina Sérgio Motta - CESP/Porto Primavera, no ano de 2000 recebeu 40 mil visitantes. Afirmou que essa atividade, com certeza, fortalecerá o turismo na cidade de Lins. Por fim, frisou que haverá um aumento da oferta de cursos no município de Lins para treinamento de pessoal. Destacou que na usina de Porto Primavera foi criada uma um centro experimental da Unesp. Hoje existe uma faculdade com cursos de turismo e engenharia de energia, e, certamente, o mesmo acabaria ocorrendo em Lins também caso seja adotado esse modelo, inclusive. **Selma Thaís** manifestou-se favorável a implantação da hidrelétrica e parabenizou todos os envolvidos. Sugeriu que, na fase de implantação e de operação, sejam firmados convênios com as instituições de ensino para poder preparar, capacitar a mão-de-obra local, privilegiando a população. **Luiz Fernando Rossi Léo** engenheiro e doutor em engenharia sanitária, com vinte anos de carreira relataram ter participado de diversos projetos, estudos de impacto ambiental semelhantes aos que nos foram apresentados naquela audiência. Sendo assim, revelou que buscou isentar-se de qualquer paixão, seja ela com viés desenvolvimentista ou ambientalista. Ao ponderar sua experiência na área, destacou o cuidado que deve se ter na etapa de recuperação do calor no processo de geração de energia a partir do vapor, principalmente, para reduzir a temperatura dos efluentes, antes de serem lançados no ambiente. Afirmou que o Estudo de Impacto Ambiental foi conduzido de forma bastante criteriosa, abordando tudo que as normativas legais e técnicas exigem. As modelagens matemáticas relacionadas à dispersão de poluentes também foram realizadas de forma bastante criteriosa e, sendo assim, sentia-se tranquilo, com relação a tudo o que fora apresentado. Outro ponto que o tranquilizava bastante era a presença da Cetesb e da Secretaria do Meio Ambiente, com seus quadros técnicos extremamente capacitados que, certamente, formulariam as exigências técnicas necessárias, por ocasião da emissão das licenças ambientais. Acentuou ter certeza que a CETESB irá exigir que os empreendedores e a equipe de consultoria avançassem nos estudos ambientais de forma a contemplar os problemas locais, tais como: eutrofização e, particularmente, a salinização dos solos devido à utilização de efluentes, com elevada concentração de sais, para fins agrícolas. Enfim, afirmou acreditar que a Cetesb ouviria todas as opiniões e sugestões apresentadas ao longo da audiência, e as respostas dos empreendedores a todos os questionamentos, promovendo o avanço das modelagens, de forma segura para todos. Afirmou a expectativa que o projeto viesse trazer o desenvolvimento com o mínimo impacto ambiental possível. Considerando as várias menções a remoção de árvores, alertou que todos deveriam lembrar que aquele prédio um dia esteve tomado por mata; as casas, onde todos residiam; assim como o aço que compõem os veículos um dia esteve dentro de uma mina e o combustível que era consumido e queimado, todos os dias e por todos, sem que também fossem extraídos do subsolo. Ou a sociedade caminha no sentido do desenvolvimento cuidadoso, zelando ao máximo pela preservação do meio ambiente e o mínimo impacto, ou no sentido de retorna à caverna, e nada mais poderá ser feito. Concluiu manifestando-se favoravelmente ao projeto. **Maria Carolina**, turismóloga, mestre em desenvolvimento considerou o ineditismo de um projeto daquele porte para região, e afirmou estar certa que a UTE de Lins seria um forte indutor para o desenvolvimento da atividades turística no município, atraindo estudantes,



técnicos, fornecedores de serviços e insumos, assim como fora ressaltado nas manifestações anteriores. Afirmou não ter a menor dúvida, de que atrativos turísticos muito interessantes seriam implantados nas margens do Rio Dourado, ofertando importância ainda maior a economia da região. Por esse motivo, disse que torcia pela implantação da usina e todos os efeitos muito positivos que serão produzidos. Passou-se a etapa de manifestação dos representantes dos órgãos públicos. **João César Ferreira**, Assessor de Desenvolvimento da Prefeitura de Lins frisou que, ao longo dos doze anos que atua na Secretaria de Desenvolvimento, podia afirmar que o projeto era muito bem elaborado, muito robusto, e estava sendo tratado com muita seriedade. Informou que a Secretaria de Desenvolvimento vinha acompanhando diversos empreendimentos na cidade e, por esse motivo, sugeriu que a UTE de Lins assinasse convênios de parcerias em defesa do meio ambiente, com clubes de serviços, tais como, o Rotary Club de Lins, do qual ele iria tomar posse como presidente, em julho. Afirmou que o Rotary Club de Lins, por exemplo, fazia-se presente a setenta e cinco anos na cidade. Detalhou a existência de dois clubes dessa natureza na região: o Rotary Club de Lins Sul e do Norte, além do Lions. Afirmou que essas entidades sempre prezaram muito pela preservação do meio ambiente conduzindo ações relacionadas ao plantio de árvores e melhoria da qualidade da água. Nesse sentido, sugeriu que o empreendedor formalize convênios com os clubes de serviços, parceiros na defesa do meio ambiente. Destacou que não existiam investimentos e atividades industriais sem impacto algumas tinha certeza, que o estudo ambiental havia levado em consideração todos os aspectos necessários. **José Pedro Fittipaldi**, da Invest São Paulo esclareceu que a missão da instituição era manter-se como porta de entrada de novos investimentos dentro do Estado. Ativa, desde 2010, acumulou mais de 230 projetos concretizados, que geraram mais de 80 mil empregos e, aproximadamente, R\$ 47 bilhões de reais. Esclareceu nesse computo ainda não haviam sido incluídos da UTE Lins, mas havia grande expectativa que eles pudessem ser incorporados por serem muito importantes para a economia do Estado. Ofertou um relato histórico de como ocorreu a condução da participação da entidade para efetivação da proposta ora analisada, nos últimos quatro anos. Discorreu sobre os amplos levantamentos realizados tanto socioeconômicos, quanto de infraestrutura, e afirmou que o meio ambiente é a premissa fundamental, desde o início do trabalho. Considerou que trazer uma unidade termelétrica desse porte para região interiorana é uma ótima opção, considerando todos os pontos considerados em conjunto. Afirmou que Lins se destacava por sua excelente infraestrutura, adequada para receber o gás natural e para transmissão de energia elétrica, e também para resolver as questões hídricas mencionadas. Afirmou também que a Prefeitura de Lins encontrava-se bastante capacitada para receber os investidores e desenvolver as soluções necessárias, inclusive relacionadas à disponibilidade de mão-de-obra. Esses, portanto, foram os motivos pelos quais Lins ganhou a concorrência da implantação do empreendimento. Ressaltou que, após quatro anos, aproximava-se do clímax que seria a aprovação da viabilidade do projeto pelo órgão ambiental paulista, próximo passo, muito desafiador também, era o leilão de energia elétrica. Mediante a toda dinâmica para promover a geração de energia, tão importante para a economia do Estado afirmou que a Invest São Paulo mantinha uma visão favorável do projeto. **Ricardo Mouto Pereira**, Coordenador da Engenharia Ambiental da Unilins afirmou que o Professor Doutor Luiz Léo vinha se dedicando a esclarecer as muitas dúvidas da sociedade sobre o empreendimento, de forma imparcial, ou melhor, de forma parcial pelo aspecto da técnica. Disse que tinha muita preocupação com relação ao reuso de efluentes na irrigação em razão do risco de ocorrer a salinização dos solos, como mencionado pelo Luiz Fernando Léo. Da mesma forma demonstrou preocupação quanto à redução da vazão do Rio Dourado, uma vez que a água captada do rio não retornará ao mesmo, ocasionando a piora da eutrofização. Também em razão do doutorado realizado na temática de águas de drenagem e irrigação, defendeu que a água captada retorne ao rio. Qualificou que a modelagem matemática sobre a dispersão atmosférica e de lançamentos dos efluentes apresentadas no projeto da Mineral Engenharia, como



tecnicamente satisfatórias. Relatou quão antiga era a luta para a implantação do monitoramento da qualidade do ar em Lins, notadamente quanto ao material particulado fino oriundo das queimadas urbanas. Reclamou quanto a decisão econômica, há cinco anos passados, de retirar a fiscalização da qualidade do ar que a Cetesb promovia em Lins, razão pela qual a saúde pública havia piorado. Por esse motivo, em nome do corpo docente e dos alunos dos cursos de gestão ambiental, solicitou a retomada da regional da Cetesb de Lins. Sugeriu a equipe da Mineral e da Ômega, em razão dos diversos planos de monitoramento ambiental existentes, que além do profissional de Saúde e Segurança do Trabalho de seus quadros, seja contratado um profissional especializado em meio ambiente dedicado à temática. Justificou também que a natureza dessas áreas requerem profissionais com formações específicas. Colocou a disposição as equipes de professores especialistas da Unilins para o desenvolvimento de pesquisas conjuntas. **Alan Lopes Lelis**, Agente de Desenvolvimento Municipal de Lins relatou que, há mais de vinte anos, trabalhava no setor de microcrédito, inclusive para o Banco do Povo Paulista, e durante sete anos, no Sebrae de Lins. Relatou que trabalhando, com apoio aos empreendedores, em prol do fomento da atividade empreendedora no município todos viam com muito bons olhos a instalação da usina, que acreditava seria o grande ponto de virada do progresso do município, atraindo muitas empresas, principalmente para os grandes demandadores de consumo energético. Pelos motivos expostos, enfatizou seu apoio a implantação da Usina Termelétrica. **Francisco de Mauro Júnior**, Coordenador de Cultura da Prefeitura de Lins demonstrou seu apoio à instalação dessa Usina em Lins pelos benefícios que a mesma trará a população. Sua expectativa era que os pequenos impactos negativos fossem superados pelos inúmeros impactos positivos advindos de sua implantação. Solicitou, por fim, apoio da empresa para que mais trabalhos sociais e culturais sejam realizados no município. **Camila Cristina Freitas** parabenizou o Prefeito Edgar e empreendedores e, em nome do Conselho Municipal de Promissão, solicitou que o programa de educação ambiental englobe os demais municípios que compõem a bacia do Rio Dourado, além de Lins e Guaiçara e, principalmente, o município de Promissão, localizado a jusante do lançamento de efluentes. **Sidnei Magalhães**, vice-presidente do Conselho Municipal de Idoso de Lins declarou ser totalmente favorável a esses tipos de investimentos por trazerem desenvolvimento ao município Dissertou sobre a demografia etária dos idosos no município e afirmou que as políticas públicas do município de Lins, atualmente, estavam bastante direcionadas aos idosos. Destacou os projetos para o envelhecimento ativo em andamento no município, voltados a 200 idosos, aproximadamente. Destacou, igualmente, os projetos esportivos e culturais que a cidade oferece, graças também a forte atuação do Conselho. Lembrou que a implantação de uma grande empresa, era muito favorável a geração de renda, conseqüentemente, também seria bastante benéfica aos idosos, elevando os benefícios fiscais trazidos pelos impostos, igualmente poderiam ser revertidos a projetos em prol dos idosos. Solicitou do empreendedor especial olhar para os projetos vinculados aos idosos. **Celso Kotaki**, presidente do Conselho Municipal de Turismo de Lins afirmou que a classe do Turismo e da Hotelaria, não só Linense, mas de toda região estava bastante otimista com a vinda do empreendimento, que certamente promoveria um surto de desenvolvimento sem precedentes, para a cidade pelos inúmeros investimentos paralelos a seu reboque. Na esfera do turismo de negócios, por exemplo, destacou que estudos demonstram que a instalação de uma obra daquela magnitude acaba atraindo inúmeras empresas satélites. Por esse motivo, afirmou que os impactos negativos não se comparavam aos inúmeros impactos positivos esperados para a região. Reiterou que a classe hoteleira representada pelo Conselho Municipal de Turismo estava bastante empolgada com a vinda do empreendimento. **Júlio César Ferreira**, vice-presidente do CONDEMA de Lins recomendou que toda atenção seja dada também para as cidades localizadas a montante do empreendimento e que lançam seus esgotos ainda sem tratamento nas águas, e sem a conclusão de muitos projetos ambientais relacionados as APPs. Cumprimentou a equipe



do prefeito de Lins e de desenvolvimento, por propiciarem a chegada de desenvolvimento para região. Reafirmou que o apoio do CONDEMA a esse projeto. Passou-se a etapa de manifestação dos representantes do Poder Legislativo. **Ademir Kiarapa**, vereador do município de Lins relatou que recebia constantemente em seu gabinete, na Câmara Municipal, muitos munícipes reivindicando oportunidades de trabalho na região, oportunidades essa que somente poderiam surgir a partir da implantação de um empreendimento daquele porte. Afirmou que além de Lins outras regiões viriam a ser beneficiadas por essa influência positiva, pelos inúmeros postos de trabalho a serem criados, para os quais ofertou os números. Ressaltou também o enorme benefício na oferta de energia, com sistema interligado a rede nacional. Reforçou que não se podia, de forma alguma, depredar o meio ambiente, mas acentuou que no caso em questão, ofertar bem estar a população, era prioridade. No entanto, destacou como pontos positivos o rigor da legislação brasileira e também o perfil rígido de fiscalização da Cetesb. **Neto Dansi**, presidente da Câmara de Lins, cumprimentou as diversas autoridades e o demais presentes e, a na sequência reforçou a importância de atender ao clamor dos munícipes por empregos e as estatísticas de desemprego, motivo pelo qual considerava a questão socioeconômica primordial. Afirmou não tinha dúvidas que a usina seria um divisor de águas, um marco realmente importante para a mudança do perfil socioeconômico de Lins. Sendo assim, afirmou que, de maneira alguma, o município deixaria passar em branco a grande oportunidade para o crescimento econômico. Destacou que se sentia bastante tranquilo e confortável após a detalhada explanação do projeto realizada pela empresa Mineral Ambiental endossada, com muita propriedade, pelos Professores Doutores Léo e Ricardo, destacadamente, quanto a avaliação de impacto. Reforçou que, independente das divergências políticas, todos uniram suas forças em prol do município. Ressaltou que a Câmara e a prefeitura estavam lutando juntas em prol do município. O vereador **Rogério Barros** afirmou que a Usina Termelétrica era bem-vinda em Lins e deu boas vindas a todos aos que gostariam de investir na cidade, gerar empregos, promovendo a distribuição de renda. Parabenizou a manifestação do professor e amigo Léo, que confere ainda mais segurança e conforto para todos continuarem a apoiar esse projeto. Parabenizou e externou todo respeito que todos nutriam pela Cetesb, assim como os demais órgãos envolvidos, o DAEE. Afirmou que o rigor do processo de licenciamento ambiental, já era bem conhecido pelo Prefeito Edgar e o vice-prefeito Carlinhos Daer. Dissertou sobre a importância e significado das compensações para mitigar os impactos, que nunca são inexistentes. Acentuou sua expectativa de que a empresa levasse em consideração a sugestão de estabelecimento de convênios. O assessor **Hélio Rodrigues**, em nome do deputado Fausto Pinato parabenizou a empresa por estar se instalando em Lins. Colocou-se a disposição para ajudar naquilo que fosse possível. **Israel Antônio Alfonso**, Secretário de Desenvolvimento Sustentável de Lins afirmou que acompanhou, desde o início, como o processo de licenciamento vinha sendo conduzido pelos órgãos do Estado, assim como, os trabalhos da Ômega junto a Invest São Paulo e a GE, que foram desenvolvidos com muita seriedade. Portanto, como responsável pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentado no Município, externou sua absoluta tranquilidade com relação a esse projeto, que certamente traria resultados bastante positivos para o município. **Lucas Pavezzi**, Secretário Municipal de Administração do Município de Lins parabenizou todas as empresas envolvidas neste importante projeto e pelo estudo de impacto ambiental. Afirmou que a usina termelétrica representa um enorme avanço econômico e social para a cidade não só com a geração de novas oportunidades de emprego, como também para tornar Lins uma grande potência em geração de energia, sem deixar de lado a sua preocupação com o meio ambiente. Externou seu posicionamento favorável e boas-vindas a UTE/Lins. **Valentina Maria Prado de Lorenzo**, Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos reiterou que um empreendimento como aquele realmente representará um importante marco de desenvolvimento para o município e a região de Lins. Revelou que se pode observar,



ao longo de todos os momentos da audiência, a responsabilidade com a qual a empresa Ômega trata todos os assuntos pertinentes ao empreendimento. Parabenizou o Sr. Israel, pela dedicação em trazer empregos para Lins. Festejou pela oportunidade de trazer o empreendimento para o município, que qualificou como sendo imperdível. Ao referir-se a linha de tempo da implantação do empreendimento, pode perceber que, após a emissão das licenças prévia e de instalação, seriam três anos para a implantação do empreendimento. No entanto, naquele ano ainda, a UTE de Lins já estaria participando do leilão de energia. Questionou, quando essa energia deveria ser entregue, a partir do leilão? **Carlos Eduardo Daier**, vice-prefeito de Lins, em nome do Prefeito Edgar de Souza, saudou os presentes, as autoridades e a equipe de governo. Dissertou sobre a importância de promover a geração de empregos no município e a realidade cotidiana vivenciadas em seu gabinete e pelos meios de comunicação, tal qual ocorre na rádio Regional Esperança, pelo número de solicitações por oportunidades de emprego. Afirmou que o emprego dignifica o homem, o emprego traz a moral para o pai de família, mas muitas pessoas iam à prefeitura para pedir uma cesta básica, mesmo que envergonhados. Relatou alguns casos comoventes e dissertou sobre o quadro nacional de moradores de rua, também afetados pela falta de oportunidade de trabalho. Agradeceu a todos que vieram participar da audiência e externou felicidade ao constatar o número de pessoas presentes a audiência para lutar em prol do desenvolvimento de Lins. Agradeceu o Professor Israel por sempre tê-lo posicionado sobre a seriedade do projeto e observou que todos os questionamentos encaminhados aos representantes da Ômega e da Agência Ambiental foram respondidas e esclarecidas. Reiterou a importância do empreendimento para o município, principalmente pela geração de trabalho, que de imediato, serão três mil empregos diretos. **Eder Ruiz Magalhães de Andrade**, Prefeito Municipal do Município de Sabino ressaltou quão importante representava aquele momento de participação e disse que apresentaria duas sugestões. A primeira relacionava-se ao leilão – modalidade licitação - momento posterior ao licenciamento. Advertiu que o leilão seria uma grande oportunidade política para formalizar e garantir a geração de emprego para região, que não poderá ser perdida. O segundo ponto relacionava-se ao meio ambiente. Reiterou que o progresso não era contrário ao meio ambiente, uma vez que foram demonstrados pontos favoráveis e contrários do empreendimento, ou seja, os impactos negativos e positivos. Quanto ao fenômeno da eutrofização, sugeriu que fosse debatido por quais motivos os efluentes seriam lançados no rio efluentes, mesmo com aquelas suas características de elevada concentração de nutrientes e temperatura precursores daquele fenômeno indesejável. **Edgar de Souza**, Prefeito Municipal de Lins reforçou seu compromisso de implantação desse importante investimento. Frisou quão salutar e enriquecedor era trazer a baila, naquela oportunidade, todas as dúvidas e sugestões. Desde as reuniões preparatórias, com certeza, diversas outras questões foram sendo absorvidas inclusive vários dados que aos poucos foram sendo obtidos e argumentos levantados pela própria comunidade. Afirmou que, na verdade, o desenvolvimento e o meio ambiente eram dois elementos que caminhavam juntos, e para os quais incidiam leis, regulamentos, equipamentos de controle e fiscalização, constante e rigorosa, da Cetesb, portanto, falava-se de um ambiente com regras próprias, a serem seguidas. Sem contar que o Estado de São Paulo, mostrava-se o mais rigoroso de todos em relação a todas essas questões. Destacou que esse cenário normativo estadual e municipal havia sido ofertado ao longo das apresentações. Lembrou-se de todos os mecanismos de monitoramento e controle ao qual a termelétrica estará sujeita. Garantiu que haverá avanços qualitativos inclusive ambientais, que outros lugares não têm. Reforçou, no entanto, a inexistência de impacto zero, pois até mesmo as pequenas ações do cotidiano, ocorriam. Reforçou, portanto, a importância da implantação dos mecanismos de compensação desses impactos, caso contrário não seria possível viver, comer ou morar, por exemplo. Recordou suas experiências importantes relacionadas ao meio ambiente, dentre elas, a necessidade de remover, aproximadamente, quarenta árvores do Horto Municipal, ação



compensada pelo plantio de mais de 700 árvores. Afirmou que mesmo quando não for mais prefeito continuará a batalhar para que a cidade não perca, nunca mais o bonde do desenvolvimento. Passou-se a etapa das réplicas. **Carlos Eduardo de Miranda**, da empresa Ômega, enfatizou o apoio que teve da comunidade de Lins e dos municípios limítrofes, da mesma forma que colocou-se sempre a disposição para dirimir qualquer dúvida que viesse a persistir. Quanto à preocupação existente quanto a qualidade ambiental do Rio Dourado, afirmou que o empreendimento era aliado daqueles que se preocupavam com a qualidade ambiental. Reforçou que o empreendimento será um usuário longo prazo das águas, provavelmente por 50 ou 60 anos sendo, portanto, grande interessado em mantê-las em boas condições. A proposta, lembrou será implantar, desde o início, o monitoramento ambiental para identificar as condições atuais do rio e efetuar o acompanhamento de sua qualidade, ao longo da operação. Essas informações da qualidade serão divulgadas para todos os interessados, inclusive para as universidades, técnicos, e demais pessoas que precisarem dessas informações em seus estudos. O monitoramento das emissões atmosféricas também será implantado, destacou. Ratificou que mão-de-obra local será aproveitada, sempre que possível. Destacou que haverá o treinamento dessa mão de obra de forma a melhorar a condição técnica média de todos que tenham interesse em participar, por meio de cursos e treinamentos específicos, promovendo o engajamento da população local. Quanto ao retorno, ou não do efluente para o Rio Dourado, disse que a melhor solução será avaliada pela CETESB. A escada de oxigenação, antecipou, lhe pareceu uma solução de implantação complicada, no entanto, algumas questões técnicas ainda precisariam ser aprofundadas, e dentre elas aquela também seria considerada. Destacou por fim, a capacidade real daquela atividade para promover mais oportunidades de negócios e de ofertas de emprego na região. Na sequência o uso da palavra foi passada para Jhon Ingen, diretor da GE. **Jhon Ingen** ressaltou como um dos aspectos mais relevantes o econômico, devido a possibilidade de interligar a termelétrica, ao sistema elétrico brasileiro. Informou que Brasil despachava, aproximadamente, 12 mil megawatts, com custo variável de quase, R\$ 900 megawatt/hora. O modelo de usina termelétrica a ser implantado promoverá ao Brasil, uma economia de custo de R\$ 1.4 bilhão/ano, na geração elétrica, acabando com a famosa bandeira vermelha, associadas às termelétricas. Garantiu que a GE estava disposta de uma tecnologia de última geração, que havia ganhado dois prêmios recordes mundiais de eficiência energética: um na França e outro no Japão - dois países extremamente rigorosos do ponto de vista ambiental. Tal eficiência, completou traduz-se, basicamente, na redução de custo de combustível, praticamente dobrando a eficiência média das termelétricas no Brasil de 35% para, 63%, aproximadamente. Como último aspecto, o da segurança energética, destacou o *blackout* de energia, dia 19 de janeiro de 2015, que atingiu 17 estados brasileiros, devido a falta de 1000 megawatts. O empreendimento, em questão, fornecerá para o coração de São Paulo, 2000 megawatts, completou. Afirmou que, do ponto de vista tecnológico, os benefícios trazidos pelo empreendimento serão três: a energia mais barata, a energia mais limpa e uma energia mais segura. **Ricardo Simonsen**, Mineral Engenharia e Meio Ambiente passou aos esclarecimentos sobre o estudo de impacto ambiental propriamente dito. Disse que a implantação da escada de aeração, mesmo sendo mais eficiente devido ao seu próprio princípio de operação, ainda sim, deveria ser avaliada e descrita em relatório a ser submetido à apreciação da Cetesb. No entanto, comentou sobre a dificuldade técnica que poderia advir do lançamento submerso de efluente, por meio de difusores, para que ocorra a mistura mais rápida com as águas do corpo receptor, o Rio Dourado. Alertou que a utilização de efluentes na agricultura envolvia questões mais delicadas. Em primeiro, a questão legal da outorga, sobre a qual já existe uma declaração de viabilidade do DAEE que pressupõe dois valores: o de captação e o local de descarte. Sendo assim, a diferença entre os dois valores é o que, de fato, o empreendimento consome e a outorga concedida para esse consumo, ou seja, o consumo consultivo. Afirmou que, o uso do efluente na agricultura, poderá ser considerado e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

apresentado para apreciação da Cetesb, na fase de apresentação das complementações. Discorreu, com detalhes, sobre os três cenários considerados nas modelagens realizada para o lançamento de efluentes, e informou que foi adotada a avaliação de risco adotada nos estudos de impacto ambiental. Afirmou que o monitoramento ambiental é uma ferramenta de gestão ambiental muito importante que permitia verificar se os impactos previstos são aqueles que estão de fato acontecendo e sua intensidade, permitindo o delineamento de ações corretivas, caso se faça necessárias. Reiterou que os programas de monitoramento previstos são: monitoramento da qualidade do ar, emissão de efluentes atmosféricos, da qualidade do efluente líquido e da qualidade ambiental do Rio Dourado. Completou que todos os programas seriam detalhados na fase posterior do processo de licenciamento, ou seja, ainda serão determinados os parâmetros, a frequência, a locais e a metodologia a ser empregada. Todas essas informações também serão submetidas a Cetesb. Quanto ao impacto negativo, esclareceu que toda vez que um impacto negativo é identificado, dois tipos de ação são tomados. Uma delas envolve medidas para minimizar o efeito desse impacto, que são as chamadas medidas mitigadoras e para os impactos impossíveis de mitigar em sua totalidade, aplicam-se as medidas compensatórias. Exemplificou, ofertando cenário de supressão de vegetação e respectiva compensação florestal. Quanto à compensação, em unidades de conservação, esclareceu os critérios constantes no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Frisou que esse sistema define, de forma muito clara, quanto e como o dinheiro deve ser aplicado para fins de compensação, ou seja, não é uma opinião do empreendedor. Nesse sentido, explicou a normativa incidente determina como e onde o recurso deve ser aplicado em unidades de conservação existentes. Portanto, não há possibilidade do empreendedor tomar essa decisão. Cabe ao empreendedor aplicar as definições do órgão licenciador. Esclareceu que o plano básico ambiental traz uma série de programas, alguns deles voltados à mobilização e desmobilização de mão-de-obra, a capacitação de trabalhadores, estudos esses que serão detalhados nas etapas posteriores. Normalmente, o plano apresenta toda uma parte de convênios com instituições locais para que se possa efetuar a capacitação técnica, na medida do possível, e para utilização de trabalhadores locais, tanto na implantação quanto na operação do empreendimento. Quanto a colocação de que os demais municípios da bacia deveriam ser considerados no programa de educação ambiental, alertou que deve-se levar em conta que se trata de um projeto oriundo da iniciativa privada e não da iniciativa governamental. Sendo assim, se o município não faz parte da área de influência do empreendimento, não há o porquê este empreendimento aplicar. Mas em todo caso a solicitação foi feita formalmente para essa audiência pública, ela fica registrada e a Cetesb, se assim entender, pode demandar que seja incorporado esses demais municípios nos programas ambientais previstos. Quanto à estrutura organizacional do empreendimento no que se refere a contratação de técnico específico para tratar das questões de meio ambiente, destacou que grande parte dos programas ambientais não serão feitos pela equipe da termelétrica. Serão subcontratados de acordo com o que normalmente ocorre, principalmente, para um município com oferta de mão-de-obra, empresas prestadoras de serviço, universidade que muito provavelmente, poderão ser contratadas. Finalizada a etapa das réplicas passou-se a manifestação dos membros da mesa diretora dos trabalhos. O conselheiro do CONSEMA e coordenador de Planejamento Ambiental, Subsecretaria de Meio Ambiente, **Gil Scatena** destacou que o CONSEMA cumpria sua função dentro do processo do rito de licenciamento de criar o espaço democrático, de ouvir os moradores de Lins, de Sabino e da região, e dos empreendedores sobre aquilo que está sendo proposto. Esclareceu que cabia, naquela ocasião, ouvir e entender quais seriam as principais demandas existentes e, por intermédio da Agência Ambiental do Estado de São Paulo, a CETESB, que fora muito elogiada naquela ocasião, analisar a pertinência e a possibilidade de serem incorporadas ao processo ao longo de suas etapas. Destacou que os empreendimentos são sempre demandados por suas capacidades de



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

geração de emprego e renda, no entanto, era nítido que o emprego e renda não poderiam ser considerados à revelia da qualidade ambiental. Muito pode ser proposto para que se possa melhorar enquanto sociedade, no entanto, muitos dos danos não poderão ser recuperados a *posteriori*. Sendo assim, o bom licenciamento permitiria dar cumprimento as funções estratégicas de geração de energia, de emprego e renda, como também a função estratégica de garantir uma boa qualidade de vida na região. Afirmou entender que audiência havia cumprido todas essas funções, trazendo as principais críticas e propostas para o processo. A partir disso, explicou que a CETESB dará prosseguimento a etapa inicial do licenciamento, após o que, o CONSEMA, poderá se manifestar e acompanhar o andamento das etapas subsequentes desse empreendimento. O conselheiro e Subsecretário de Infraestrutura da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, **Glaucio Attorre Penna** ratificou as informações do conselheiro e coordenador que lhe antecedeu ao uso da palavra, sobre o cumprimento do papel da audiência pública no licenciamento ambiental e seu rito. Agradeceu a acolhida dos munícipes, a todos os presentes naquela audiência e as colaborações ofertadas que serão apreciadas pela Diretoria de Impacto Ambiental da Cetesb. Disse que sua expectativa era de breve inclusão do assunto na pauta do CONSEMA. **Mayla Fukoshima Matsuzaki**, assistente executiva da Diretoria de Impacto Ambiental da Cetesb, explicou que todas as contribuições ofertadas ao longo da audiência e documentos protocolados seriam apensados ao processo e apreciados pela Cetesb. Antecipou que a Cetesb também compartilhava com algumas das preocupações levantadas ao longo da audiência, e como parte do procedimento, solicitaria alguns esclarecimentos ao empreendedor. Lembrou que eventuais contribuições poderiam ser encaminhadas também via e-mail, no endereço [itap\\_cetesb@sp.gov.br](mailto:itap_cetesb@sp.gov.br). Tendo em vista o caráter público do licenciamento, lembrou que todos os interessados poderiam ter acesso as informações, por meio de pedido de vista ao processo administrativo. Depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido regularmente cumpridas, o **Secretário-Executivo do CONSEMA**, Anselmo Guimarães esclareceu que todo e qualquer interessado teria ainda o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto, protocolizando-as no órgão para tanto destinado. E, em nome do Secretário de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Marcos Penido, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, **Rosana Maria Henrique**, do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.